

PJ quer maior envolvimento contra casamentos prematuros

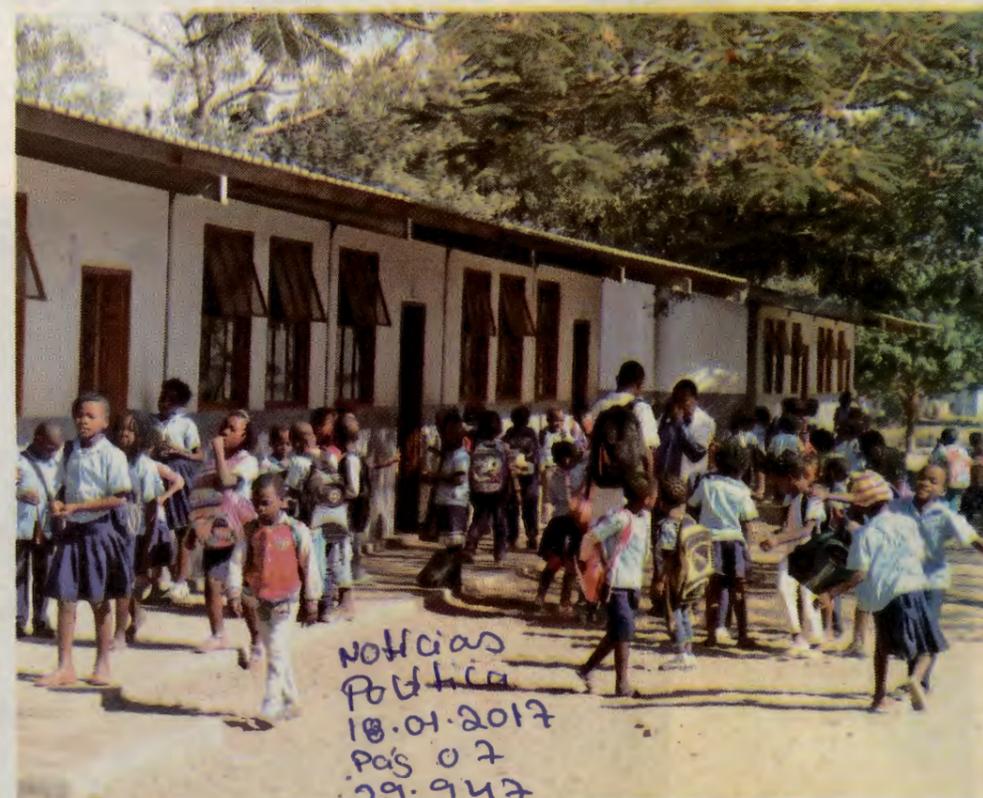
O PARLAMENTO Juvenil na província de Nampula considera que as acções levadas a cabo pelas instituições governamentais no âmbito da prevenção e combate aos casamentos prematuros e gravidezes precoces precisam do envolvimento de mais actores.

A aposta devem ser os intervenientes capazes de transmitir as mensagens sobre o problema de forma clara e podem levar a informação até às zonas mais recônditas dos distritos.

Lindolfo António, coordenador provincial do Parlamento Juvenil em Nampula, precisou que o trabalho que as instituições governamentais e alguns parceiros estão a realizar visando prevenir e combater casamentos prematuros, bem como gravidezes precoces, limita-se neste momento aos centros urbanos, mesmo reconhecendo que o problema atrasa o desenvolvimento da rapariga

“Os casamentos prematuros, que são fomentados pelos pais ou encarregados de educação, estão enraizados no meio rural, onde a rapariga é forçada a casar-se com um homem acima de trinta anos de idade pelo facto de ter algum poder financeiro. A rapariga acaba engravidando sem que esteja preparada para ser mãe, sobretudo nas localidades e povoados onde o sinal de rádio e televisão não chega”, precisou Lindolfo António.

O entrevistado defende ainda que as mensagens sobre os casamentos prematuros e gravidezes precoces levadas às comunidades pelo Governo e seus parceiros devem ser simples e focadas nas implicações destes fenómenos, para que os adolescentes encarem o seu



Casamentos prematuros empurram raparigas para fora da escola em Nampula

futuro com seriedade.

Referiu, por outro lado, e com alguma preocupação, o facto de a Lei da Família vigente prever que a rapariga possa contrair matrimónio com 16 anos de idade, desde que os pais ou tutores consintam o enlace.

“É uma autêntica confusão porque as mensagens que estão sendo transmitidas pelos meios de comunicação social relativamente à matéria dos casamentos prematuros e gravidezes precoces referem que a rapariga deve deixar o casamento para depois de atingir os 18 anos. Afinal, qual é a idade, de facto, para que a rapariga se possa

casar? Esta contradição pode causar confusão nas pessoas e, como consequência, será difícil acatar o que se diz para prevenir os casamentos prematuros e gravidezes precoces”, venceu Lindolfo António.

A província de Nampula está entre as que mais casos de casamentos prematuros e gravidezes precoces registam nos últimos tempos, o que é apontado pelo sector da Educação e Desenvolvimento Humano como sendo a principal razão do elevado índice de desperdício escolar.

O Parlamento Juvenil tem estado envolvido na mitigação destes fenómenos num trabalho

que, segundo a fonte, consiste na sensibilização e mobilização dos pais e encarregados de educação sobre as implicações na família.

“Sensibilizamos as raparigas para prosseguirem com os estudos mesmo depois de contraírem o matrimónio ou depois do nascimento do filho. Abordamos os pais e encarregados de educação para continuarem a prestar o seu apoio às raparigas que depois de contraírem matrimónio se separam, algumas vezes com um filho menor que precisa de cuidados de pessoas adultas, sobretudo na matéria de saúde”, concluiu Lindolfo António.